

Repom S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Apresentamos o Comentário de Desempenho das Demonstrações Financeiras da Repom S.A. (“Companhia” ou “Repom”) referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

A Repom faz parte do Grupo Edenred, que, há mais de 50 anos, conecta empregados, empresas e comerciantes em uma rede positiva de confiança em que todos ganham. Por isso, o Grupo Edenred é líder mundial em soluções transacionais que oferecem maior poder de compra para os colaboradores, gerenciamento de despesas otimizados para as companhias e negócios adicionais para comércios e postos credenciados.

Os resultados de 2022 refletem a dinâmica positiva dos nossos negócios de gestão de Frete e de Vale-pedágio, onde mantivemos um crescimento em volumes transacionados comparado com 2021 e 2020. Diversificamos o segmento de clientes em que atuamos com destaque para a indústria, além do agronegócio e transportadoras.

O crescimento da receita operacional é oriundo dessa boa dinâmica de negócios e do crescimento do nosso número de clientes.

Em 30 de abril de 2019, a Repom recebeu autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica. A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de converter os saldos de moeda eletrônica mantidos em conta de pagamento em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

AGRADECIMENTOS

A Repom S.A., agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Apresentamos o Comentário de Desempenho das Demonstrações Financeiras da Repom S.A. (“Companhia” ou “Repom”) referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

A Repom faz parte do Grupo Edenred, que, há mais de 50 anos, conecta empregados, empresas e comerciantes em uma rede positiva de confiança em que todos ganham. Por isso, o Grupo Edenred é líder mundial em soluções transacionais que oferecem maior poder de compra para os colaboradores, gerenciamento de despesas otimizados para as companhias e negócios adicionais para comércios e postos credenciados.

Os resultados de 2022 refletem a dinâmica positiva dos nossos negócios de gestão de Frete e de Vale-pedágio, onde mantivemos um crescimento em volumes transacionados comparado com 2021 e 2020. Diversificamos o segmento de clientes em que atuamos com destaque para a indústria, além do agronegócio e transportadoras.

O crescimento da receita operacional é oriundo dessa boa dinâmica de negócios e do crescimento do nosso número de clientes.

Em 30 de abril de 2019, a Repom recebeu autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica. A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de converter os saldos de moeda eletrônica mantidos em conta de pagamento em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

AGRADECIMENTOS

A Repom S.A., agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

2023SP020165

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Repom S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Repom S.A. (“Companhia” ou “Repom”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Repom S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

REPOM S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores em reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	22.716	6.283	Depósitos	11	84.018	67.144
Instrumentos financeiros		<u>145.969</u>	<u>94.660</u>	Transações de pagamento a liquidar	12	97.656	126.248
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	144.023	94.102	Outras obrigações:		<u>244.927</u>	<u>115.065</u>
Títulos e valores mobiliários	5.1	1.946	558	Fornecedores	13	29.898	3.804
Rendas a receber	6	146.612	134.534	Contas a pagar a estabelecimentos	13	137.476	73.820
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa	7	(7.321)	(8.102)	Obrigações por serviços de instituições de arranjo	13	3.450	5.112
Impostos a compensar		7.543	7.498	Obrigações trabalhistas	13	4.550	4.456
Despesas antecipadas		1.566	2.889	Sociais e estatutárias	13	36.463	13.392
Outras contas a receber		4.844	63.550	Fiscais e previdenciárias	13	6.058	2.156
				Outras contas a pagar	13	27.032	12.325
Total do ativo circulante		<u>321.929</u>	<u>301.312</u>	Total do passivo circulante		<u>426.601</u>	<u>308.457</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Provisões para ações judiciais	14	3.418	2.648
Instrumentos financeiros		<u>118.814</u>	<u>17.479</u>	Impostos e contribuições diferidos	8.b	4.031	5.745
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.2	7.069	-	Provisão para benefícios aos funcionários	15	688	1.041
Títulos e valores mobiliários	5.1	111.745	17.479	Derivativos a pagar	5.b	5.186	1.281
Créditos tributários	8.b	14.561	16.500				
Depósitos judiciais		1.206	1.184	Total do passivo não circulante		<u>13.323</u>	<u>10.715</u>
Imobilizado de uso	9	11.516	11.735				
(Depreciações acumuladas)	9	(9.447)	(8.331)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	10	107.182	91.451	Capital social	16	27.897	27.897
(Amortizações acumuladas)	10	(45.745)	(32.979)	Reservas de capital	16.d	48.261	48.261
Total do ativo não circulante		<u>198.087</u>	<u>97.039</u>	Reservas de lucros		5.618	3.699
				Lucros acumulados		-	-
				Outros resultados abrangentes	16.e	(1.684)	(678)
				Total do patrimônio líquido		<u>80.092</u>	<u>79.179</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>520.016</u>	<u>398.351</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>520.016</u>	<u>398.351</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores em reais - R\$ mil, exceto lucro líquido por ações)

	Nota Explicativa	2022		2021
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas de prestação de serviços	18	99.060	186.445	143.714
Resultado de intermediação financeira	18	14.151	23.789	10.260
Impostos sobre serviços	18	(9.863)	(18.610)	(13.822)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		103.348	191.624	140.152
Custo dos serviços prestados	19	(33.535)	(60.153)	(23.711)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		69.813	131.471	116.441
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas de pessoal	19	(10.493)	(19.966)	(23.203)
Assessoria e representação	19	(3.084)	(8.240)	(8.731)
Depreciação e amortização	19	(7.228)	(14.128)	(9.386)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19	(1.989)	781	(2.716)
Participações estatutárias no lucro	19	(1.494)	(2.844)	(2.285)
Outras despesas administrativas	19	(5.669)	(10.247)	(6.026)
Outras receitas (despesas) operacionais liquidas	19	(7.069)	(14.701)	(15.174)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		32.787	62.126	48.920
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	20	2.747	4.997	2.423
Despesas financeiras	20	(7.098)	(10.372)	(8.988)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		28.436	56.751	42.355
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	8.a.	(10.378)	(17.627)	(13.323)
Diferidos	8.a.	818	(742)	(3.012)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		18.876	38.382	26.020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL - R\$	21	5,13	10,43	7,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores em reais - R\$ mil)

	Nota Explicativa	2022		2021
		2º Semestre	Exercício	Exercício
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		18.876	38.382	26.020
Outros resultados abrangentes		<u>892</u>	<u>(1.006)</u>	<u>(2.136)</u>
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:				
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge de fluxo de caixa"	16.a	839	(2.036)	(3.840)
Impostos e contribuições sobre os ajustes a valor justos de hedge de fluxo de caixa	16.a	(285)	692	1.306
Ajuste a valor justo de benefícios a empregados	16.a	512	512	603
Impostos e contribuições sobre os ajustes a valor justos de benefícios a empregados	16.a	(174)	(174)	(205)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u><u>19.768</u></u>	<u><u>37.376</u></u>	<u><u>23.884</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores em reais - R\$ mil)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reservas de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		27.897	48.261	1.357	1.958	1.458	-	80.931
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge de fluxo de caixa"	16.e	-	-	-	-	(2.534)	-	(2.534)
Ajuste a valor justo de benefícios a empregados		-	-	-	(917)	398	-	(519)
Dividendos intermediários distribuídos		-	-	-	-	-	(11.327)	(11.327)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	26.020	26.020
Constituição de reservas		-	-	1.301	-	-	(1.301)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(13.392)	(13.392)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>27.897</u>	<u>48.261</u>	<u>2.658</u>	<u>1.041</u>	<u>(678)</u>	<u>-</u>	<u>79.179</u>
Saldos em 30 de Junho de 2022		27.897	48.261	2.658	1.041	(2.577)	19.506	96.786
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge de fluxo de caixa"	16.e	-	-	-	-	555	-	555
Ajuste a valor justo de benefícios a empregados	16.e	-	-	-	-	338	-	338
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	18.876	18.876
Constituição de reservas		-	-	1.919	-	-	(1.919)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(36.463)	(36.463)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>27.897</u>	<u>48.261</u>	<u>4.577</u>	<u>1.041</u>	<u>(1.684)</u>	<u>-</u>	<u>80.092</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		27.897	48.261	2.658	1.041	(678)	-	79.179
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - "hedge de fluxo de caixa"	16.e	-	-	-	-	(1.344)	-	(1.344)
Ajuste a valor justo de benefícios a empregados	16.e	-	-	-	-	338	-	338
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	38.382	38.382
Constituição de reservas		-	-	1.919	-	-	(1.919)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(36.463)	(36.463)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>27.897</u>	<u>48.261</u>	<u>4.577</u>	<u>1.041</u>	<u>(1.684)</u>	<u>-</u>	<u>80.092</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores em reais - R\$ mil)

	Nota Explicativa	2022		2021
		2º Semestre	Exercício	Exercício
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do semestre/exercício		18.876	38.382	26.020
Ajustes de reconciliação entre o lucro líquido do semestre/exercício:				
Depreciação e amortização	9 e 10	7.228	14.128	9.386
Perda na baixa de ativo intangível	9 e 10	18	18	98
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	554	770	347
Provisão para benefícios aos funcionários		159	159	254
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7	1.989	(781)	2.716
Provisão para participação nos resultados		1.494	2.844	2.285
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(818)	742	3.012
Total dos ajustes de reconciliação		<u>29.499</u>	<u>56.262</u>	<u>44.118</u>
Decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais:				
Instrumentos financeiros		(56.986)	(102.723)	22.404
Derivativos		1.377	1.869	3.680
Rendas a receber		42.901	(12.078)	(11.240)
Impostos a compensar		401	(45)	(1.958)
Despesas antecipadas		370	1.323	(998)
Outras contas a receber		740	58.706	(56.059)
Depósitos judiciais		(23)	(22)	(1.105)
Depósitos		9.845	16.874	(43.669)
Transações de pagamento a liquidar		(49.125)	(28.592)	1.159
Fornecedores		24.424	26.094	(3.384)
Contas a pagar a estabelecimentos		35.911	63.656	56.731
Obrigações por serviços de instituições de arranjo		(2.354)	(1.662)	(1.646)
Obrigações trabalhistas		(1.112)	(2.749)	(3.468)
Fiscais e previdenciárias		6.687	13.807	19.345
Outras contas a pagar		13.699	14.707	3.328
Impostos de renda e contribuição social pagos		(6.612)	(9.905)	(19.714)
Total de decréscimo/acrécimo nos ativos e passivos operacionais		<u>20.143</u>	<u>39.260</u>	<u>(36.594)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>49.642</u>	<u>95.522</u>	<u>7.524</u>
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição / Alienação de ativo imobilizado	9	(125)	(27)	(834)
Aquisição de intangível	10	(9.857)	(15.749)	(24.188)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		<u>(9.982)</u>	<u>(15.776)</u>	<u>(25.021)</u>
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos distribuídos e pagos	16.c	(13.392)	(13.392)	(30.297)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(13.392)</u>	<u>(13.392)</u>	<u>(30.297)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>26.268</u>	<u>66.354</u>	<u>(47.794)</u>
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do semestre/exercício		140.471	100.385	148.179
No fim do semestre/exercício		166.739	166.739	100.385
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>26.268</u>	<u>66.354</u>	<u>(47.794)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REPOM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Repom S.A. (“Companhia” ou “Repom”), sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas operações em 1993 com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, 75, 18º andar, tendo como única acionista e controladora a Ticket Soluções HDFGT S.A., e ambas integram o Grupo Edenred, controlado pela Edenred Brasil Participações S.A.

A Companhia tem como objetivo a prestação de serviços no segmento de transportes rodoviários de cargas e logística, com atuação no controle e na gestão de logística, oferecendo soluções integradas para o controle e gerenciamento de todos os processos da cadeia de transportes rodoviários, otimizando as operações dessa cadeia como um todo.

A Companhia opera com uma ferramenta de gestão, controle e pagamentos aplicada à contratação de fretes e desenvolvida para melhorar a eficiência no controle das operações com frotas terceirizadas e agregadas, a qual permite acesso pela internet.

A Repom obteve em 30 de abril de 2019, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade de emissora de moeda eletrônica, concedida pelo Banco Central do Brasil - BACEN, conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – (“COSIF”), normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo BACEN:

- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro | Resolução CMN nº 4.144/12.CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução CMN nº 4.924/21 e Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | Resolução CMN nº 4.524/16.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível | Resolução CMN nº 4.534/16.

- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento Subsequente | Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 27 – Ativo Imobilizado | Resolução CMN nº 4.535/16.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | Resolução BCB nº 59/20.
- CPC 41 – Resultado por ação | Resolução BCB 02/20.
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo | Resolução N. 4.748/2019

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, as quais levam em consideração as normas e instruções do BACEN, quando aplicáveis, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como:

- i) Valor justo de determinados ativos e passivos financeiros.
- ii) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito.
- iii) Prazo de vida útil do ativo imobilizado.
- iv) Prazo de vida útil de ativos intangíveis.
- v) Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes.
- vi) Reconhecimento de créditos tributários, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo estes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas, sendo estas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas.

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Administração em 28 de fevereiro de 2023.

2.1. Normas e alterações de normas já emitidas, que ainda não estão em vigor

Resolução CMN nº 4.975, publicada em dezembro 2021, esclarece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil previstos no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, a Companhia está avaliando os possíveis impactos da adoção da norma.

Resolução CMN nº 4.966, publicada em novembro de 2021, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de “hedge”) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que esta Resolução não se aplica para as instituições de pagamento.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

São representados por dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, aplicações em operações compromissadas, não estando sujeitos a um risco significativo de mudança no seu valor justo. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros – Circular BACEN Nº 3.068/01

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado.

- Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“accrual”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.
- Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 31 de dezembro 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias “negociação”.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (“hedge”) ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam:

- (i) Altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato.
- (ii) Considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como “hedge” de acordo com sua natureza (circular BACEN nº 3.082/02): “Hedge” de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de “hedge” e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período.
 - “Hedge” de fluxo de caixa – a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela não efetiva é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de “hedge” contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

d) Rendas a receber

São representados pelos valores a receber de clientes, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. São registradas também as provisões para créditos de liquidação duvidosa destes títulos, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas é constituída com base em uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

f) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”), quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: moveis e utensílios – 10%, veículos – 20%, máquinas e equipamentos – 10%, equipamentos de informática – 20%, instalações – 10%, benfeitorias em imóveis de terceiros – 20%, equipamento de telecomunicação – 10%.

g) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo seu valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável (“impairment”). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando as seguintes taxas anuais aplicadas: gastos com desenvolvimento – 14,29% e software 20%.

h) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, não houve eventos identificados durante o exercício findo em 31 de dezembro 2022.

i) Depósitos

Os valores registrados na conta de depósitos, classificada no passivo circulante, são originados de recursos recebidos de terceiros a título de repasse para pagamento da Rede Credenciada. A Companhia atua como meio de pagamento no mercado de transportes, operando como agente de repasses, sendo registrado nessa conta apenas os movimentos operacionais de repasse, sem inclusão de taxas nem outro tipo de cobrança ou remuneração pelos serviços prestados; esses saldos são restritos às transações-fim e não podem ser utilizados para nenhum outro tipo de operação.

j) Transações de pagamento a liquidar

Os valores registrados na conta de recebimentos e pagamentos a liquidar referem-se a valores a pagar às instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento.

k) Outras obrigações

Os valores registrados no grupo de outras obrigações referem-se substancialmente a valores de contratos emitidos e transacionados disponíveis para serem repassadas para os postos credenciados, bem como antecipação de clientes a serem destinados aos respectivos fretes contratados. O grupo é composto também por contas a pagar para fornecedores, obrigações trabalhistas, dividendos a pagar, obrigações fiscais e previdenciárias e outros.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

- Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

m) Obrigações fiscais correntes e diferidas

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidas: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” diretamente no patrimônio líquido.

n) Benefícios a funcionários

Compreende o saldo referente ao benefício de pós emprego correspondente a extensão de plano médico, com elegibilidade à ex-funcionários da Repom, de acordo com a Lei 9.656/98, e observado os procedimentos estabelecidos no CPC 33.

o) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

p) Resultados não recorrentes

A Resolução BACEN nº 2/20, dispõe sobre a divulgação de resultados não recorrentes, sendo eles considerados os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e; não estejam previstos para ocorrerem com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultados não recorrentes auferidos nos semestres findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é composto pelos saldos conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades:		
Em moeda nacional	22.609	6.169
Em moeda estrangeira (i)	<u>107</u>	<u>114</u>
Subtotal	<u>22.716</u>	<u>6.283</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez:		
Operações compromissadas - letras financeiras do tesouro (ii)	<u>144.023</u>	<u>94.102</u>
Subtotal	<u>144.023</u>	<u>94.102</u>
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>166.739</u>	<u>100.385</u>

(i) Referem-se a valores disponíveis em dólar em conta bancária no exterior.

(ii) Referem-se a operações compromissadas lastreadas em letras financeiras do tesouro e estão vinculadas a garantia dos saldos de moeda eletrônica.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. Títulos e valores mobiliários

a) Em 31 de dezembro 2022 e de 2021, os títulos e valores mobiliários foram classificados como “disponíveis para venda”, composto pelos saldos apresentados abaixo:

a.1) Composição por classificação dos títulos e valores mobiliários

	<u>31.12.2022</u>		<u>31.12.2021</u>	
	<u>Valor do custo amortizado</u>	<u>Valor de mercado/ contábil</u>	<u>Valor do custo amortizado</u>	<u>Valor de mercado/ contábil</u>
<u>Disponível pra venda</u>				
Carteira própria:				
Certificados de Depósitos				
Bancários – CDB (*)	<u>113.691</u>	<u>113.691</u>	<u>18.037</u>	<u>18.037</u>
Total	<u>113.691</u>	<u>113.691</u>	<u>18.037</u>	<u>18.037</u>

(*) Aplicações indexadas ao CDI, cuja remuneração foi de 75% até 111% do CDI em 31 de dezembro 2022 (98,5% até 111% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o exercício findo em 31 de dezembro 2022.

a.2) Composição por vencimento

	31.12.2022			31.12.2021		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Disponível para venda</u>						
Certificados de Depósitos Bancários – CDB						
	1.946	111.745	113.691	558	17.479	18.037
Total	1.946	111.745	113.691	558	17.479	18.037

b) Em 31 de dezembro 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelos saldos apresentados abaixo:

b.1) Composição dos instrumentos financeiros derivativos

	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil
Instrumentos financeiros derivativos – “Swap”	(1.519)	(5.186)	350	(1.281)
Total	(1.519)	(5.186)	350	(1.281)

b.2) Composição por vencimento

	31.12.2022			31.12.2021		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>						
“Swap”						
	-	(5.186)	(5.186)	-	(1.281)	(1.281)
Total	-	(5.186)	(5.186)	-	(1.281)	(1.281)

c) “Hedge”

As operações de derivativos da Repom têm como objetivo proteger e conter a volatilidade das aplicações financeiras que possuem taxas de juros indexadas ao percentual do CDI, através da estrutura de “hedge accounting”, obtendo a previsibilidade do seu fluxo de caixa e rentabilidade ao contratar operações de “swaps” que resultam em troca de rentabilidade CDI por uma taxa prefixada, o que caracteriza o “hedge” de fluxo de caixa.

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de “hedge” de fluxo de caixa em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2021:

31/12/2022

Banco	Vencimento	Valor de referência (“notional”)	Banco		Companhia		Efetividade
			Indexador	Juros a.a.	Indexador	Diferencial a pagar	
Itaú	02/10/2024	70.000	Prefixada	9,76%	CDI	(5.186)	100,00%

31/12/2021

Banco	Vencimento	Valor de referência (“notional”)	Banco		Companhia		Efetividade
			Indexador	Juros a.a.	Indexador	Diferencial a pagar	
Itaú	02/10/2024	70.000	Prefixada	9,76%	CDI	(1.281)	100,00%

Em 31 de dezembro 2022, a Repom não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos classificados como “hedge” de risco de mercado.

5.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro 2022 e de 2021, aplicações interfinanceiras de liquidez foram classificados como “disponíveis para venda”, composto por LFT – Letra Financeira do Tesouro com os saldos apresentados abaixo:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/ contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/ contábil
Aplicações interfinanceiras de liquidez – LFT	7.069	7.069	-	-
Total	<u>7.069</u>	<u>7.069</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

6. RENDAS A RECEBER

São constituídas pelos valores a receber de curto prazo de clientes e rede credenciada relativos a prestações de serviço da Companhia, tais como: valores transacionados a receber de clientes e comissões sobre as operações de saque e frete, mensalidades, taxas relacionadas a cartões, tarifas bancárias, gestão de despesa e manutenção de serviços, bem como valores a receber referente a serviços prestados sobre as operações de pedágio eletrônico.

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Contas a receber de clientes	<u>146.612</u>	<u>134.534</u>
Total	<u><u>146.612</u></u>	<u><u>134.534</u></u>

O saldo da rubrica “rendas a receber” por idade de vencimento é como segue:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
A vencer	121.095	103.809
Vencidos:		
Até 30 dias	9.891	10.963
De 31 a 60 dias	8.131	4.652
De 61 a 90 dias	2.556	2.558
De 91 a 120 dias	603	1.169
De 121 a 180 dias	867	2.263
Acima de 180 dias	3.469	9.120
Total	<u>146.612</u>	<u>134.534</u>

7. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A Repom realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores relativos às transações operacionais. A movimentação para os semestres findo em 31 de dezembro 2022 e de 2021 está detalhada a seguir:

	<u>31.12.2022</u>
Saldo em 31.12.2021	8.102
Adições	1.054
Reversões	(3.823)
Saldo em 30.06.2022	<u>5.333</u>
Saldo em 30.06.2022	5.333
Adições	2.557
Reversões	(569)
Saldo em 31.12.2022	<u>7.321</u>

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	56.751	42.355
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	(19.295)	(14.400)
Efeito das adições/exclusões do período:		
Diferenças permanentes (i)	926	(1.935)
Despesa de IRPJ e CSLL	(18.369)	(16.335)
Provisão para imposto de renda - corrente	(12.599)	(9.591)
Provisão para contribuição social - corrente	(5.028)	(3.732)
IRPJ e CSLL diferidos	(742)	(3.012)
Alíquota efetiva	32%	39%

- (i) As diferenças permanentes em referem-se substancialmente as adições oriundas de despesas com brindes, multas, patrocínio e exclusões por conta de incentivos fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Incentivos fiscais	1.518	63
Brindes, multas, patrocínio, etc.	<u>(592)</u>	<u>(1.998)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	926	(1.935)

- b) Movimentação do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

	<u>31.12.2021</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31.12.2022</u>
Benefício fiscal sobre ágio de controladora incorporada	9.843	(4.922)	4.921
Provisões para riscos tributários e trabalhistas	1.276	32	1.308
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.754	(265)	2.489
Provisão para bônus e Participação nos Lucros e Resultados – PLR	271	-	271
Perdas ou ganhos não realizados com instrumentos financeiros derivativos - “swap”	555	692	1.247
Outras provisões	<u>1.801</u>	<u>2.524</u>	<u>4.325</u>
Total de crédito tributário de IR e CS – Ativo	<u>16.500</u>	<u>(1.939)</u>	<u>14.561</u>
Capitalização de custos com desenvolvimento de softwares	<u>(5.745)</u>	<u>1.714</u>	<u>(4.031)</u>
Total de crédito tributário de IR e CS – Passivo	<u>(5.745)</u>	<u>1.714</u>	<u>(4.031)</u>
Total de crédito tributário de IR e CS	<u>10.755</u>	<u>(225)</u>	<u>10.530</u>

- c) Expectativa de realização dos ativos e passivos diferidos:

A Administração avaliou a realização dos ativos diferidos, conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:

Ano	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
	Ativos diferidos	Ativos diferidos
2022	-	7.226
2023	5.061	5.636
2024	5.112	1.191
2025	1.644	690
2026	<u>2.744</u>	<u>1.757</u>
Total	<u>14.561</u>	<u>16.500</u>
Ano	Passivos diferidos	Passivos diferidos
2022	-	1.714
2023	1.677	1.677
2024	889	889
2025	889	889
2026	<u>576</u>	<u>576</u>
Total	<u>4.031</u>	<u>5.745</u>

Em 31 de dezembro 2022, o valor presente líquido dos ativos fiscais diferidos estimados é de R\$13.169 e os passivos fiscais diferidos estimados é de R\$3.645, calculados considerando a taxa média de mercado.

9. IMOBILIZADO DE USO

a) Composição do imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	31.12.2022			31.12.2021		
		Custo	Depreciação		Custo	Depreciação	
			acumulada	Líquido		acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10	498	(208)	290	498	(159)	339
Máquinas e equipamentos	10	15	(6)	9	15	(5)	10
Equipamentos de informática	20	8.720	(7.373)	1.347	8.936	(6.757)	2.179
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	2.200	(1.824)	376	2.200	(1.384)	816
Equipamentos de telecomunicação	10	83	(36)	47	86	(26)	60
Total		11.516	(9.447)	2.069	11.735	(8.331)	3.404

b) Movimentação do imobilizado

	Custo	Depreciação
Saldo em 31.12.2021	11.735	(8.331)
Adições	-	(702)
Baixas	(240)	142
Saldo em 30.06.2022	11.495	(8.891)
Adições	125	(660)
Baixas	(104)	104
Saldo em 31.12.2022	11.516	(9.447)

10. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa anual de amortização - %	31.12.2022			31.12.2021		
		Custo	Amortização		Custo	Amortização	
			acumulada	Líquido		acumulada	Líquido
Ativos intangíveis gerados internamente (*)	14,29	94.414	(41.373)	53.041	78.683	(30.932)	47.751
Software	20	12.768	(4.372)	8.396	12.768	(2.047)	10.721
Total		107.182	(45.745)	61.437	91.451	(32.979)	58.472

(*) Referem-se as horas de serviços de profissionais especializados em tecnologia necessárias para o desenvolvimento de novos softwares utilizados na operação da Companhia. A amortização dos gastos a partir da data de ativação é de sete anos, considerando o prazo de vida útil estimada da plataforma de tecnologia e a retenção desses clientes.

b) Movimentação do intangível

	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>
Saldo em 31.12.2021	91.451	(32.979)
Adições	5.892	(6.198)
Baixas	-	-
Saldo em 30.06.2022	97.343	(39.177)
Adições	9.857	(6.568)
Ajuste	(18)	-
Saldo em 31.12.2022	<u>107.182</u>	<u>(45.745)</u>

(*) Os testes de recuperação são realizados anualmente, no levantamento do balanço ou na existência de indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3. Como este teste de recuperação é aplicado anualmente e por não haver indicador de perdas no semestre, no semestre findo em 31 de dezembro 2022 não temos valores registrados decorrentes do testes de "Impairment".

11. DEPÓSITOS

Referem-se a recursos recebidos de terceiros a título de repasse para pagamento de contratos dos clientes da Companhia. Estão apresentados conforme a tabela abaixo:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Depósitos	84.018	67.144
Total	<u>84.018</u>	<u>67.144</u>

12. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO A LIQUIDAR

Referem-se a valores a pagar às instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento e estão apresentados conforme tabela abaixo:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Transações de pagamento a liquidar	97.656	126.248
Total	<u>97.656</u>	<u>126.248</u>

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Contas a pagar a estabelecimentos (i)	137.476	73.820
Sociais e estatutárias – nota nº 16.c	36.463	13.392
Fornecedores	29.898	3.804
Outras contas a pagar (ii)	27.032	12.325
Obrigações fiscais correntes	6.058	2.156
Obrigações trabalhistas	4.550	4.456
Obrigações por serviços de instituições de arranjo (iii)	3.450	5.112
Total	<u>244.927</u>	<u>115.065</u>

- (i) Referem-se, substancialmente, a valores de contratos emitidos e transacionados disponíveis para serem repassadas aos postos credenciados.
- (ii) Referem-se substancialmente a saldos de fornecedores coligados, pagamento de títulos de parceiros e provisões diversas de pagamentos.
- (iii) Referem-se a valores de transferências em processamento solicitadas pelos portadores dos cartões.

14. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos de natureza tributária e trabalhista. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e por seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação de eventuais perdas.

Em 31 de dezembro 2022, a movimentação do saldo das provisões para ações judiciais encontra-se demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>31.12.2022</u>
Tributários (i)	2.542	35	2.577
Trabalhistas (i)	100	675	775
Cíveis (ii)	6	60	66
Total	<u>2.648</u>	<u>770</u>	<u>3.418</u>

- (i) Refere-se substancialmente às provisões constituídas para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a matérias tributárias e trabalhistas para quais não há ações judiciais ou outros questionamentos ajuizados. O saldo provisionado refere-se ao risco de encargos (INSS) sobre os serviços de terceiros (PJ).
- (ii) Correspondem às provisões representadas por ações de natureza cível no qual há probabilidade de perdas prováveis conforme opinião dos assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro 2022, o saldo das ações judiciais com probabilidade de perda possível é de R\$1.580 (R\$2.474 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$0 (R\$1.124 em 31 de dezembro de 2021) relativas as ações judiciais de natureza trabalhista, R\$1.358 (R\$1.157 em 31 de dezembro de 2021) as ações judiciais de natureza cível e R\$222 relativas as ações de natureza tributária (R\$193 em 31 de dezembro de 2021).

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Com base na Resolução BACEN nº 59/20, a Companhia passou, desde o exercício passado (2021), a elaborar anualmente o estudo atuarial sobre a aplicação do CPC 33 – Benefícios a empregados, relativos a benefícios pós emprego de plano de saúde, que resultou no montante de provisão de R\$688 (R\$1.041 em 31 de dezembro de 2021).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$27.897 (R\$27.897 em 31 de dezembro de 2021) representados por 3.680.200 (3.680.200 em 31 de dezembro de 2021) ações no valor nominal de R\$7,58 (R\$7,58 em 31 de dezembro de 2021) cada uma, assim distribuídas:

	<u>%</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Ticket Soluções HDFGT S.A.	100	27.897	27.897
Total	<u>100</u>	<u>27.897</u>	<u>27.897</u>

b) Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar o prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos

Em 22 de dezembro de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos antecipados relativos ao resultado do exercício de 2021 no montante de R\$11.326, e foram pagos em 23 de dezembro de 2021.

Em 30 de abril de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos relativos ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$13.392, e foram pagos em 22 de dezembro de 2022.

A Companhia efetuou a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 100% do lucro líquido apurado no exercício, após as deduções da reserva legal, valor apurado em dezembro de 2022 no montante de R\$ 36.463.

d) Reserva de capital

O valor de R\$48.261 registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” é decorrente da incorporação reversa da sua então controladora indireta Ticket em 1º de dezembro de 2013, constituindo-se reserva especial de ágio, prevista no artigo 1º da Instrução nº 349/01 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, representativa do benefício fiscal relacionado à amortização do ágio. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício fiscal auferido poderá ser, no fim de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações.

e) Outros resultados abrangentes

A movimentação da parcela efetiva da marcação a mercado no semestre dos instrumentos financeiros derivativos, classificados como “hedge” contábil de fluxo de caixa e o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais referente aos benefícios de longo prazo e pós emprego oferecidos pela Companhia estão demonstrados conforme tabela abaixo:

“Hedge” contábil de fluxo de caixa:

	<u>Saldo Principal</u>	<u>Imposto de renda e contribuição social diferido</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Saldo em 31.12.2021	(1.631)	(555)	(1.076)
Movimentação	<u>(2.036)</u>	<u>692</u>	<u>(1.344)</u>
Saldo em 31.12.2022	<u><u>(3.667)</u></u>	<u><u>1.247</u></u>	<u><u>(2.420)</u></u>

Benefícios a empregados:

	<u>Saldo Principal</u>	<u>Imposto de renda e contribuição social diferido</u>	<u>Saldo Líquido</u>
Saldo em 31.12.2021	<u>603</u>	<u>(205)</u>	<u>398</u>
Movimentação	<u>512</u>	<u>(174)</u>	<u>338</u>
Saldo em 31.12.2022	<u><u>1.114</u></u>	<u><u>(379)</u></u>	<u><u>736</u></u>

17. PARTES RELACIONADAS

Conforme definições do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresa a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Em 31 de dezembro 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Repom manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

a) Saldos e transações:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Saldos Patrimoniais:		
Outras contas a receber:		
Ticket Soluções HDFGT S.A. (a)	313	60.199
Frete Log HES Ltda.	10	42
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.	42	39
Ticket Serviços S.A.	25	37
Frete Soluções e Tecnologia S.A.	39	22
Edenred Soluções de Pagamento HYL A S.A.	-	14
Total	<u>429</u>	<u>60.353</u>

- (a) Refere-se substancialmente a operação de empréstimo com parte relacionada, concedido a controladora Ticket Soluções HDGTS S.A. no montante de R\$60.000 e remuneração de 100% CDI + 2,3% ao ano, conforme deliberado em reunião do conselho de administração em 23 de dezembro de 2021. A operação foi liquidada em 15 de fevereiro de 2022”.

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Outras contas a pagar:		
Ticket Soluções HDFGT S.A.	(2.125)	(751)
Ticket Serviços S.A.	(1.187)	(708)
Edenred Soluções de Pagamento HYL A S.A.	(887)	(9)
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.	(23)	-
Frete Soluções e Tecnologia S.A.	-	(2)
Edenred Serviços Empresariais Ltda.	(1)	-
Frete Log Transportes HES Ltda.	-	-
Edenred Brasil Participações S.A.	-	(2)
Total	<u>(4.223)</u>	<u>(1.472)</u>

O resultado das transações com partes relacionadas para os anos findos em 31 de dezembro 2022 e 2021 encontram detalhados a seguir:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Despesas com prestação de serviço:		
Ticket Serviços S.A. (i)	(972)	(1.372)
Despesas com compartilhamento de serviços (ii):		
Ticket Serviços S.A	(4.877)	(5.327)
Ticket Soluções HDFGT S.A.	(4.716)	(4.311)
Edenred Soluções de Pagamento HYL A S.A.	(281)	(377)

- (i) Referem-se ao fornecimento de benefícios (Ticket Refeição, Ticket Alimentação, Vale Transporte) aos funcionários da Repom.

- (ii) Referem-se ao compartilhamento de serviços entre as empresas do Grupo Edenred.

b) Remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria

Para o semestre findo em 31 de dezembro 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$791 (R\$992 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor foi registrado na rubrica “Despesa de pessoal” e inclui somente os benefícios de curto prazo.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas de prestação de serviços (i)	99.060	186.445	143.714
Resultado de intermediação financeira	14.151	23.789	10.260
Impostos sobre serviços	(9.863)	(18.610)	(13.822)
Total	103.348	191.624	140.152

- (i) As receitas de prestação de serviços correspondem às receitas com clientes e estabelecimentos, provenientes do consumo do cartão Repom pelo portador nos postos credenciados, as taxas fixas mensais cobradas sobre manutenção de serviços e consumo dos cartões Repom, as tarifas sobre as operações de saque Mastercard e saque Visa, gestão de despesa, taxa de adesão, taxa de manutenção, mensalidade e gestão de TAG, taxa de inatividade e intermediação de negócios.

As receitas de intermediação financeira estão detalhadas a seguir:

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado de títulos de renda fixa	15.528	25.657	13.939
Resultado com instrumento financeiro derivativo – “SWAP” Pré fixado x CDI	(1.377)	(1.868)	(3.679)
	14.151	23.789	10.260

19. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais liquidas por natureza está demonstrado a seguir:

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Gastos com prestação de serviço	(30.250)	(53.071)	(18.531)
Gastos com pessoal na prestação de serviço	(11.987)	(22.810)	(25.488)
Depreciação e amortização - notas nº 9 e 10	(7.228)	(14.128)	(9.386)
Outras despesas operacionais	(4.075)	(13.276)	(12.030)
Despesas de materiais, propaganda e publicidade na prestação de serviço	(4.572)	(9.684)	(8.055)
Gastos com assessoria, consultoria e auditoria	(3.084)	(8.240)	(8.731)
Outras despesas administrativas	(5.974)	(6.491)	(2.130)
Despesas com aluguéis	(601)	(1.116)	(1.311)
Gastos com informática, comunicação e manutenção	(457)	(768)	(2.001)
Despesas com locomoção	(323)	(574)	(591)
Perda na baixa de imobilizado e intangível - notas nº 9 e 10	(18)	(116)	(98)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - nota nº 7	(1.989)	781	(2.716)
Despesas tributárias	(3)	(4)	(164)
Total	(70.561)	(129.498)	(91.232)

Classificadas como:

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Custo dos serviços prestados	(33.535)	(60.153)	(23.711)
Despesas de pessoal	(10.493)	(19.966)	(23.203)
Assessoria e representação	(3.084)	(8.240)	(8.731)
Depreciação e amortização	(7.228)	(14.128)	(9.386)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.989)	781	(2.716)
Participações estatutárias no lucro	(1.494)	(2.844)	(2.285)
Outras despesas administrativas	(5.669)	(10.247)	(6.026)
Outras despesas operacionais	(7.069)	(14.701)	(15.174)
Total	(70.561)	(129.498)	(91.232)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas financeiras (i)	2.747	4.997	2.423
Despesas financeiras (ii)	(7.098)	(10.372)	(8.988)
Resultado financeiro	(4.351)	(5.375)	(6.565)

(i) Referem-se substancialmente a receitas sobre saldo remanescente dos cartões.

(ii) Referem-se substancialmente a despesas com tarifas bancárias diversas e taxa sobre garantias das operações junto as bandeiras Mastercard e Visa.

21. LUCRO POR AÇÃO

A Companhia possui apenas ações ordinárias. A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

O lucro por ação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, está demonstrado a seguir:

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro Líquido	18.876	38.382	26.020
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares) utilizadas na apuração do lucro por ação	3.680	3.680	3.680
Lucro por ação -- R\$	5,13	10,43	7,07

22. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Circular BACEN nº 3.681/2013, a Repom, adota uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

A Repom possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

a) Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Companhia, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Companhia gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

Mais informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Repom podem ser encontradas no documento publicado em nosso site (<https://www1.repom.com.br/quem-somos>).

Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus ativos e passivos são denominados em reais.

“Hedge” de fluxo de caixa

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia possui estrutura de “hedge” contábil de fluxo de caixa, com o objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição a variação de taxa de juros de suas aplicações financeiras registradas na rubrica de “Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos”.

Para estruturar a operação, a Companhia contratou um instrumento financeiro derivativo de “swap” junto ao Banco Itaú S.A., no valor de referência de R\$70.000, com vencimento em 2 de outubro de 2024, substituindo a taxa variável pela taxa fixa anual.

O “swap” foi considerado de nível 2 para o cálculo de valor justo, mensurado com base nos preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de “fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

c) Gerenciamento de capital

De acordo com a Circular nº 3.681/13, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica estão obrigadas a manter, permanentemente, Patrimônio Líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente. Em 31 de dezembro 2022, a Companhia mantém o capital mínimo regulatório exigido.

d) Garantias concedidas

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia mantinha contratada uma operação de garantia internacional da Edenred S.E., no valor de US\$100.000, tendo como beneficiária a Mastercard Intl. Incorp. NY.

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Sociais e estatutárias (*)	<u>36.463</u>	<u>13.392</u>

(*) referem-se a provisão de dividendos mínimos obrigatórios conforme previsto no estatuto social da Companhia.

Douglas Almeida Pina
Diretor presidente

Viviane Pampin Rodriguez
Diretora Financeira

Adriana Rodrigues Chaves
Contadora CRC-1SP 260030/O-0